

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2632639420200212092906

Processo 0801324-48.2020.8.23.0010 ☆ - (27 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 10441 - Acidente de Trânsito

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem
Arquivo

☐ Hab.
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

12 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 12

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	12	12/02/2020 09:29:06 JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (05/02/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>12.1 Arquivo: Petição</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div> <div>2687395PETICAODEPROVASJUR01.pdf</div> <div>Público</div>			
	11	07/02/2020 14:18:16 LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 07/02/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 8) CONCEDIDO O PEDIDO (05/02/2020) e ao evento de expedição seq. 10.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	10	06/02/2020 17:28:20 EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 8) CONCEDIDO O PEDIDO (05/02/2020)	Marques Leandro Pereira da Silva Analista Judiciário
	9	06/02/2020 17:28:19 EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JANEYCY ANDRADE DO NASCIMENTO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 8) CONCEDIDO O PEDIDO (05/02/2020)	Marques Leandro Pereira da Silva Analista Judiciário
	8	05/02/2020 17:50:16 CONCEDIDO O PEDIDO	BRUNO FERNANDO ALVES COSTA Magistrado
	7	28/01/2020 17:37:55 JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
	6	15/01/2020 13:59:25 JUNTADA DE PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO	REINALDO FÉLIX DA SILVA Advogado
	5	15/01/2020 12:29:13 CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	SISTEMA CNJ
	4	15/01/2020 12:29:13 RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ
	3	15/01/2020 12:29:13 REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
	2	15/01/2020 12:29:13 DISTRIBUÍDO POR SORTEIO 1ª Vara Cível	SISTEMA CNJ
	1	15/01/2020 12:29:12 JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	REINALDO FÉLIX DA SILVA Advogado



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08013244820208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JANEY ANDRADE DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 10 de fevereiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR